

ERÊS E CURUMINS: A NEGAÇÃO DE SUAS IDENTIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cleiton Loiola de Cláudio¹
 Danielle da Gama Paixão Souza
 Greiele da Gama Paixão
 Renata Martins de Souza Falchetto
 Silvana Santus²

RESUMO

O artigo apresentado tem como objetivo principal refletir sobre a relevância das leis 10.639 e 11.645, suas implicações na sala de aula e na vida acadêmica dos pequenos na educação infantil. Sua importância na prática dos professores que os acompanham e, fundamentalmente, como se dá o processo de ensino aprendizagem das crianças negras no contexto social e histórico, refletindo, a partir de então, sobre o processo de construção e/ou desconstrução da identidade dessas crianças. Acreditamos que este ainda pode contribuir para a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, de modo a combater o racismo que, de forma velada e silenciosa, faz-se presente no cotidiano escolar dessas crianças e também em outros espaços sociais por elas frequentados.

Palavras-chave: Identidade. Crianças. Leis. Educação. Preconceito.

ABSTRACT

The main objective of the present paper is to bring into discussion / reflection the relevance of laws 10.639 and 11.645, their implications in the classroom, and at the academic life of our children in the early childhood education, their importance in the practice of the teachers who accompany them and fundamentally how is the teaching process of black children in the social and historical context, then reflecting about the process of construction and / or deconstruction of these children's identity. We believe that this can still contribute to the valorization of the Afro-Brazilian and Indigenous history and culture, in order to combat racism, which in a silent way is present in the daily life of these children and also in other social spaces they attend.

Key words: Identity. Children. Laws. Education. Preconception.

1 INTRODUÇÃO

O povo brasileiro tem em sua origem traços das culturas indígenas, africanas, dos portugueses e outros povos europeus, assim como dos próprios asiáticos. Entender

¹ Graduandos do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).

² Historiadora. Mestra em História Social pela Universidade Severino Sombra USS/RJ. Professora da Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra). E-mail: dsantus@hotmail.com.

essas diversidades e respeitá-las, desenvolvendo um trabalho desde a infância se faz necessário para que casos de desrespeito e discriminação sejam combatidos sem ferir a liberdade de nenhum dos grupos em questão.

O Brasil é um dos países que tem a maior população africana fora da África, o que por si só, já é um grande motivo para conhecimento da história do povo africano e compreensão da influência que este exerceu e ainda exerce sobre a sociedade. É também o país que ainda tem viva, mesmo que em espaços separados, reservados, marcas da identidade de outro grupo étnico muito importante para o desenvolvimento do Brasil. Ainda assim, toda essa diversidade que poderia ser vivenciada de forma positiva não é, e diariamente expressões, atitudes, comportamentos e ações discriminatórias em relação a indígenas e negros são praticadas.

Na sociedade brasileira, exclusão, preconceito e discriminação caminham juntos. A diferença se transforma em desigualdade através de processos sutis e complexos, presentes em nosso cotidiano, nos âmbitos privado e público, assim como nos diferentes espaços sociais (CANDAU, 2003, p. 15).

Os meios de comunicação noticiam com frequência casos de racismo e desrespeito que são praticados em ambientes de trabalho, estádios de futebol e muitos outros locais, públicos ou privados. Entretanto, existe outro ambiente em que tais ações ocorrem também e com bastante frequência, porém são pouco noticiados e/ou analisados: a escola. Há um silêncio em torno desta prática especialmente na educação infantil. O paradoxo de sua existência e os efeitos negativos de sua prática, para as crianças negras, em fase da construção de sua identidade, é o que vamos analisar neste artigo.

O interesse pelo tema se deu a partir das concepções que temos como educadores e a falta que tal abordagem fez em nossa formação acadêmica.

Observamos ainda uma dificuldade na sala de aula ou fora dela de perceber como ocorre a construção da identidade da criança negra. Será que conseguimos definir quem somos? Será que conseguimos enxergar e definir os fatores que contribuem para construção de nossas identidades? Entendemos essas questões e os fatores sociais e históricos como indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Portanto, a relevância em entorno desse tema deve-se principalmente ao fato de que desde 2003, as instituições de ensino brasileiras, determinada pela lei 10.639, são

obrigadas a inserir em seu currículo a história e cultura afro-brasileira, atualizada em 2008 para Lei n. 11.645, na qual também introduziu a história indígena nos termos da lei. Ou seja, as escolas brasileiras devem tratar da história e cultura dos dois grupos étnicos que também contribuíram para formar o Brasil e que na prática não são reconhecidos tão pouco valorizados.

Considerando que as crianças devem compreender o que constitui e formou sua identidade e a identidade de seu povo, cabe à escola, sendo o espaço de formação integral do indivíduo, abordar o objetivo principal da lei que é de contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional. A escola está comprometida com essa tarefa? Sua omissão enquanto instituição pode contribuir negativamente para construção da identidade das crianças negras?

Analisar a forma como a escola participa da construção da identidade das crianças negras, refletindo sobre como é o ensino dispensado e de forma particular, como é a relação professor- aluno, uma vez que a discussão dessas relações, que vão muito além do debater sobre o racismo com os alunos, e a necessidade de extingui-lo, é também, a consolidação da democracia, da promoção de cidadania e reforço à igualdade social e racial, visto que a escola deve ser um lugar privilegiado para transmissão de conhecimentos e neste caso em especial, a escola deve ser um lugar em que se transmite conhecimento, mas, fundamentalmente, um lugar em que se transmite a importância de reconhecer e valorizar o outro em sua diversidade.

2 PROBLEMATIZANDO AS LEIS 10.639 E 11.645

O processo de formação da identidade nacional começa a ser moldado por volta dos anos de 1930 e tem em sua característica a grande influência do nacionalismo, cujo objetivo era a construção de uma analogia nacional e cultural, que foi denominada de Democracia Racial, idealizado com base no processo de mestiçagem do povo brasileiro, defendido por Gilberto Freire em uma de suas mais importantes obras, Casa Grande e Senzala, na qual o autor enaltece a diversidade do povo brasileiro, destacando também a convivência pacífica. A mestiçagem brasileira é decorrente da

mistura dos europeus, indígenas e os africanos, ficando mais afluente durante os séculos XIX e XX, devido à variedade de “raças” presentes no Brasil, especialmente os negros e os questionamentos sobre o que fazer com os ex-escravos que, após serem libertos pela assinatura da Lei Áurea, foram integrados à categoria de cidadãos.

Segundo Munanga (2008), esta era a problemática para se estabelecer um nacionalismo, em um projeto de modernidade, que teve total influência europeia para pensar as relações raciais. Em uma espécie de salvamento para o “problema brasileiro” teve-se as teorias da mestiçagem e branqueamento. Ainda segundo Munanga (2008, p. 15): “[...] o processo de formação da identidade nacional no Brasil recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade”. Dentro deste processo de mistura racial destacam-se os já mencionados povos europeus, os indígenas, os negros e os asiáticos, mas cuja predominância, até recentemente, foi amplamente dos povos europeus e da supervalorização de sua cultura. Tal fato gerou a exclusão, marginalização e o preconceito com os demais grupos, em especial os negros e os índios. Devido a essa exclusão, vários grupos que buscavam a igualdade racial e social organizaram passeatas e movimentos que lutavam por reconhecimento dessas etnias, o que levou a serem sancionadas duas leis de fundamental importância na construção e formação da consciência crítica dos cidadãos, dando-lhes a oportunidade de conhecer as etapas da construção do povo brasileiro e romper a visão preconceituosa que ainda prende o modo de pensar e agir do brasileiro. São elas as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

As três décadas que antecedem a aprovação da lei 10.639/2003, foram marcadas por importantes atos dos movimentos sociais, que buscaram por meio de passeatas e diálogos, defender a implantação de uma lei que valorizasse o povo africano, seus descendentes e suas contribuições para a formação do povo e da sociedade brasileira, tendo a educação como facilitadora do processo.

Durante a década de 1970, fez-se necessário a afirmação da identidade negra pelo próprio negro, para que assim, ele pudesse ser visto como sujeito da história e não como objeto dela. Essa temática foi bem representada pela figura do intelectual, político, ator e dramaturgo Abdias do Nascimento, que se notabilizou por ser um grande expoente dessa luta pela afirmação da identidade negra e a incorporou em seu trabalho, por meio de sua colaboração com o Movimento Negro e a criação do Teatro Experimental Negro (TEN).

A década de 1980 teve como marco principal a constatação da discriminação racial, presente no ambiente escolar e que era considerada a grande responsável direta pela crescente desigualdade de percurso nos estudos dos alunos brancos e negros. O fato era que, realmente, existia a discriminação e a desigualdade e, durante esse mesmo período em que essas descobertas foram sendo comprovadas, várias pesquisas foram realizadas, envolvendo o povo negro e a educação, para provar “cientificamente” que elas existiam.

Já durante a década de 1990, os movimentos relacionados às causas afro-descendentes começam a ganhar corpo e, com isso, a temática relacionada às questões raciais ganharam mais importância nos debates políticos. Foi durante esse período que a mídia, a sociedade, o governo e as instituições sociais se voltaram realmente para esses assuntos e, desse modo, começaram a discuti-las de forma mais apropriada e profunda. O Movimento Negro também acompanhava de perto o desenrolar dessas questões, defendendo a causa negra e, exigindo da União, políticas públicas eficazes para democratizar a educação e a melhoria das condições sociais da população negra.

Ainda nesse período, destaca-se um importante evento, a Marcha Zumbi dos Palmares, que reuniu aproximadamente 10 mil negros e negras que levavam consigo um documento onde reivindicavam a inclusão do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, bem como suas contribuições para a formação do indivíduo no meio em que ele habita. Todo esse processo englobando as lutas e alguns resultados alcançados, fez com que a causa negra adquirisse mais força e adeptos no início dos anos 2000 e, desse modo, contribuiu com a promulgação da lei em 2003.

Merece destaque também, a criação na década de 1990, do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), criado no Rio de Janeiro e, cujo principal objetivo era promover o ingresso de alunos negros e carentes em universidades públicas, entendendo que o investimento em educação é a melhor forma de se combater as desigualdades e preconceitos.

O processo para promulgar a lei 10.639/2003 começou com base no texto constitucional que o deputado Paulo Paim apresentou à Câmara Federal e, tal proposição, acabaria, então, se tornando o embrião da referida lei e, mediante isso, o projeto foi encaminhado ao Senado, porém acabou sendo arquivado em 1995, seguramente por questões políticas e burocráticas, tidas no momento como mais

importantes que o contexto étnico-racial na educação. Em meio a essa situação, alguns políticos se esforçaram, mediante a pressão dos movimentos negros, o que impulsionou o avanço nas negociações de aprovação da lei, através da aprovação do Projeto de Lei nº 259, em março de 1999, formulado pelos então deputados Bem-Hur Ferreira e Esther Grossi, que estabelecia a obrigatoriedade da inclusão dos temas História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial das redes de ensino do país. O projeto justifica, em seu artigo primeiro, o desejo e importância de reconhecer o processo de luta pelos quais o povo negro enfrentou e suas contribuições na formação da sociedade nacional.

Porque as discussões se pautaram em torno da escola, da educação? Porque se sabe que é este um espaço importante não apenas para o debate, mas também para a construção da identidade.

Outro ponto determinante ocorrido na década de 90 e que também serve como precedente da lei 10.639 é a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), bem como a criação, no ano seguinte, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), e cuja função principal foi afirmar-se como referência para o Ensino Fundamental e Médio em âmbito nacional e tinha como uma de suas diretrizes a garantia e o acesso aos conhecimentos necessários para a prática da cidadania plena a todos os estudantes brasileiros.

Após muitas reivindicações e entraves, a lei 10.639 foi finalmente aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Estabelece-se, por esta lei, a obrigatoriedade do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio dos estabelecimentos de ensino público e privado, bem como a inserção, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Cabe ressaltar que a referida lei acarreta mudanças na LDB, onde dois artigos de seu conjunto foram vetados. Primeiro, é vetada a proposta que define que as disciplinas de história do Brasil e educação artística, no ensino médio, deveriam reservar dez por cento do seu conteúdo anual ou bimestral à temática africana e afro-brasileira. O segundo veto estava relacionado à proposta que envolvia os cursos de capacitação de professores, que assim, deveriam incluir em sua grade curricular a participação de representantes do movimento afro-brasileiro, de universidades e outras instituições de pesquisas que tenham ligações com o tema.

Após a promulgação da Lei 10.639/03, é realizada a alteração da mesma, em 10 de março de 2008, passando a vigorar, em âmbito nacional, a Lei 11.645 que trás como principal mudança em relação a sua antecessora, a inclusão, nos currículos das escolas públicas e particulares do Brasil, do ensino e estudo da cultura e história dos povos indígenas em comunhão com a dos povos afro-brasileiros.

Pode-se afirmar que a justificativa para a mudança e atualização da Lei 10.639/03 para a Lei 11.645 está centrada na tentativa de amenizar através do âmbito escolar, os preconceitos e as ideias estereotipadas para com os indígenas no decorrer da história no país, devido ao ensino predominantemente eurocêntrico que não privilegiava outros tipos e culturas humanas. Com a atualização em 2008, pela primeira vez na história do país, o ensino tem caráter obrigatório no que se refere a conhecimentos, saberes, modos de vida e organização social dos indígenas. Um passo importante para desmanchar os olhares aos povos indígenas tidos por muito tempo como selvagens ou exóticos, sob condições de reforçar uma ideia anti-indígenas.

A aprovação desta lei surge com o intuito de promover uma mudança nos conceitos e na visão que os discentes e a própria sociedade tem a respeito dos índios. Nesta atualização, a lei busca, assim, diminuir as ideias estereotipadas e carregadas de preconceito, que marcam as relações e a forma como foram moldadas o modo do brasileiro de ver o povo indígena e afro-brasileiro e representa a necessidade de construir um modo de pensar e agir crítico sobre a composição étnica e cultural nacional, de modo a não privilegiar e excluir os outros.

Ao introduzir esses temas em seus currículos, bem como seus conhecimentos, as escolas estarão formando uma leva de cidadãos mais críticos, capacitados e conscientes de que a construção da nossa identidade não é fruto de uma matriz única e universal e nem surgiu especificamente de um grupo étnico dominante, mas sim da mistura de diferentes etnias que contribuíram para que o povo brasileiro seja tão heterogêneo.

Assim sendo, a lei 11.645 surge como importante marco para romper o vínculo eurocêntrico amplamente disseminado no meio escolar e social e que, em outros tempos, não privilegiava as demais culturas e suas contribuições para nosso país. Tal mudança acarretou uma reformulação em relação ao modo como índios, negros e seus descendentes eram vistos na construção e formação do Brasil.

A importância da promulgação da Lei n. 11.645 interferiu diretamente com os pequenos da educação infantil que legalmente devem, a partir de então, receber uma educação voltada para o reconhecimento de seu passado e para construção de sua identidade.

Iniciou-se por força da lei uma nova abordagem na sala de aula no que se refere aos negros e indígenas do Brasil. A questão fundamental é pensar como esse processo acontece? Como a construção da identidade dessas crianças acontece no cotidiano escolar?

3 OS PEQUENOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Atuar na área da educação infantil ou ter o contato direto com crianças dentre quatro e cinco anos possibilita conhecer o outro com um olhar diferente. Aquele ser tão pequeno tem em sua mente um mundo repleto de curiosidades e porquê se está em busca de respostas, por se encontrar num processo de construção de personalidade, do jeito de ser e de como tratar o outro.

Desde pequenos temos a percepção de que somos seres parecidos e, ao mesmo tempo, tão diferentes seja na cor da pele, no cabelo, no jeito de falar e na maneira de se vestir. Tais diferenças originam-se na etnia, na descendência, no povo, na cultura e no meio onde o indivíduo está inserido. Sendo assim, o preconceito é historicamente construído.

No Brasil, o país da diversidade, que por sua vez deveria ser o melhor lugar para se viver devido à grande variedade de povos e culturas presentes, tem sofrido com o racismo e o preconceito mascarado.

Os preconceitos são realidades historicamente construídas e dinâmicas; são reinventados e reinstalados no imaginário social continuamente. Os preconceitos atuam como filtros de nossa percepção, fortemente impregnados de emoções, colorindo nosso olhar, modulando o ouvir, modelando o tocar, fazendo com que tenhamos uma percepção simplificada e enviesada da realidade (CANDAUI, 2003, p.17).

As crianças percebem as diferenças com curiosidade, quando essa sai do seio da família e passa a frequentar outras instituições, sendo a escola uma das principais. A criança inicia um ciclo de aprendizagem, é inserida numa creche ou pré-escola e tem contato direto cinco vezes na semana com outras crianças da sua faixa etária, totalmente diferentes do que estava acostumada no meio de sua família. Lá se encontram crianças brancas e também não brancas.

A história registra que nem sempre a criança foi vista como criança e, portanto, isso dificultou e atrasou todo o processo de aprendizagem da mesma. A criança era vista como um adulto em miniatura, a infância era desconhecida e como atesta Ariès (2012), é mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Neste sentido, a escola não era preparada para receber esses pequenos seres, tão pouco compreender a forma como estes enxergavam o mundo.

Assim, a evolução escolar é fundamental para conhecer e compreender as crianças, em seu mundo particular, que carece de olhares diferenciados, de pessoas preparadas para acolhê-las e ajudá-las a se colocarem no mundo dos adultos. A preocupação com os pequenos da educação infantil é algo totalmente recente, sendo mais recente ainda a percepção de que existe a necessidade de um trabalho diferenciado no que se refere às questões étnico-raciais, sentido da construção de suas identidades, bem como a participação da escola neste processo.

O processo de construção e / ou idealização de uma identidade é socialmente estabelecido não somente pelos indivíduos que reconhecem a posse de algo em comum com outras pessoas, mas também pelas crianças.

Para as crianças essa construção ou até mesmo desconstrução da identidade é adquirida no dia a dia, no convívio com outros indivíduos, pois as mesmas se espelham em pessoas próximas para descobrirem quem são e como são. Neste sentido a escola possui um papel importante que vai desde a escolha do material didático até a formação e capacitação dos professores que devem estar preparados para darem as orientações necessárias aos pequenos.

De acordo com história, há um avanço quando se refere às crianças, não se pode negar isso, porém nem todos os aspectos são considerados e trabalhados como deveriam ser, e isso vem desde a escolha do material didático ao tratamento que o professor dá ao aluno da educação infantil. A curiosidade da criança permite ao

educador avançar ou retroceder, ou seja, gerar resultados positivos ou negativos, desde que observe e se traduza nas aulas uma educação global, para o convívio dessa criança em sociedade. Trata-se de uma formação integral do indivíduo, é pensar sobre a atitude racista com um caráter totalmente preconceituoso que essa criança com quatro ou cinco anos que é educada hoje em creches e pré-escolas pode vir a ter daqui a 20 anos. É sim uma situação que nos leva a uma reflexão sobre que tipo de adulto se quer formar. Não se quer aqui achar um culpado, e sim refletir sobre as práticas feitas, mas que estão distantes dos discursos difundidos.

Racismo e preconceito na infância não podem ser visto apenas como uma brincadeira de criança. Ao contrário: é nesse ponto que devemos saber como trabalhar com elas. Interferindo positivamente nos momentos de “brincadeiras”; impedindo desta forma que as ideias e práticas preconceituosas se perpetuem até sua vida adulta.

4 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Os seres humanos, desde seu nascimento, são influenciados, por padrões, modelos e exemplos de seus semelhantes que os envolvem. Contudo, é incontestável que, para a construção e formação do adulto íntegro, honesto, honrado e humano nasce juntamente com a gestação da mãe. Reconhecer e conhecer seus gostos, interesses, preferências, limitações e problemas são atitudes que têm início no nascimento e terminam no final da vida, sendo assim influenciados pela família que é a primeira “sociedade” da criança e a cultura da qual tem participação.

Tais influências podem chegar até a criança de maneira positiva ou não, dependendo da referência que a mesma tem. Essa referência está ligada “a quem” e também a “o que”, ou seja, vai além da representatividade do âmbito familiar, envolve a sociedade no seu aspecto mais amplo, que seria seus padrões impregnados, destaque para a mídia, e rede de televisão que pregam e propagam uma ideia de valores muito das vezes distantes da realidade de muitas crianças brasileiras, onde a beleza é imposta pelos brinquedos e desenhos animados, na qual todas as personagens são brancas, loiras e dos olhos claros, onde, o personagem principal, que pode ser príncipes, princesas ou super-heróis raramente é representado pelo negro e pelo indígena.

Falta representatividade para essa criança negra e indígena, mas ao invés de assumir tal fato, que é real, há uma postura de negar esse preconceito, de afirmar que não existe e que estamos numa sociedade justa e igual para todos, o que infelizmente só se distancia de ser uma realidade efetiva, por conta desses discursos opostos a real situação, que é o de mascarar o preconceito contra o negro e o índio.

A escola possui uma atribuição notável e crucial na criação, construção e estruturação da personalidade e identidade emancipada de cada criança que frequenta o ambiente escolar, principalmente na educação infantil, no lugar em que dispomos de crianças com a faixa etária de até cinco anos idade, no qual os indivíduos estão mais acessíveis e disponíveis à aquisição de conhecimento e aprendizagem, ao se identificar e reconhecer com o modelo que lhe é apresentado.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a identidade "é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, do modo de agir e de pensar e da história pessoal".

Desta forma, é importante que os professores elaborarem um planejamento diferenciado e exclusivo para trabalhar a construção da identidade, para considerar e reconhecer o ritmo de cada criança em sala de aula. O educador participante nesta etapa inicial do processo de construção da identidade deve articular episódios em que a criança diferencie sua singularidade e particularidade compartilhando com outras crianças, desenvolvendo, assim, sua criticidade desde a infância.

5 PRECONCEITO VELADO. PRECONCEITO NEGADO

As crianças quando agem de forma negativa em relação ao diferente estão reproduzindo o que os pais ou pessoas próximas de seus grupos de influências e convívio fazem. Alguém precisa ensiná-las o respeito ao outro e a diversidade. Sendo a escola o primeiro espaço depois da família onde as crianças vão viver em sociabilidade, cabe à escola e ao professor colaborar positivamente para a construção da identidade das crianças negras e indígenas, tendo em vista que sua identidade depende de todo o processo de sociabilidade e ensino aprendizagem, contribuindo ao

mesmo tempo para a não propagação de atitudes preconceituosas por parte dos alunos brancos, negros e indígenas.

O preconceito velado e negado nada mais é do que aquele “mascarado”, “disfarçado”. Pode-se dizer que é o da pior espécie, pois mesmo havendo, afirma-se que não existe preconceito algum.

Prefere-se ocultá-lo, o que dificulta ainda mais trabalhar tal assunto nos âmbitos sociais. Destaca-se então a figura do professor, que pode influenciar positiva ou negativamente, onde sua formação pode definir tais questões e problemas cotidianos, visto que diante de uma situação preconceituosa em sala de aula entre alunos, que atitude deve ser tomada pelo professor? Interfere na situação ou finge que não viu?

A grande dificuldade está relacionada à formação dos professores, desde a graduação, que sendo deficiente, contribui para a propagação do preconceito velado, evidenciado em expressões como: “negrinha”; “amanhã é dia de preto”; “você é negra, mas é linda”; “não precisamos falar do dia da consciência negra, porque aqui na escola só tem brancos”; “coisa de índio”, “ela é a ovelha negra da família”, “programa de índio”, “pra que índio quer terra?” Essas e outras expressões deterioram a imagem do outro, menosprezando-o pela cor de sua pele e de seus valores culturais diferentes. O silêncio não serve como resposta para tais atitudes racistas, esse deve ser quebrado para que haja um rompimento de ideologias de que existe uma raça melhor e superior.

Não existe lugar de branco, de negro ou de indígena, não existem serviços, classes sociais, bairros e escolas pré-definidos para ambos. Cada um deveria ter a liberdade de escolher onde quer viver, todavia, o processo para compreender que o lugar que se pode ocupar social e economicamente não está vinculado à cor, cultura e costumes, deve começar desde educação infantil, sendo o professor o principal responsável para ajudar na formação de tais conceitos e concepções. Por isso a necessidade da valorização desse profissional, pois é ele que prepara a base, que irá permear toda a vida do sujeito.

A formação continuada do docente possibilita o confronto do preconceito no espaço escolar, estabelecendo uma comunicação que apresente conceitos tais como: raça, cultura e identidade, construindo assim alunos capazes de compreenderem e reconhecerem quem de fato são, possibilitando assim o fim do preconceito.

Ainda que o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena tenha se tornado obrigatório, o que se vê é uma grande distância na sua execução nas escolas. O que se tem visto são ações superficiais que acabam por não transpor a barreira da desigualdade que há séculos se faz presente em nossa história.

É necessário implantar um currículo flexível para adequar-se as diferenças, que perpassa as formas como as temáticas étnico-raciais são tratadas, sendo essas muitas vezes simplificadas, através de mostras musicais ou de comidas típicas e, até ridicularizadas, devido ao desconhecimento de quem as desconhecem. Um aspecto prejudicial na efetivação das leis no contexto escolar é a deficiência na formação do educador. Durante a graduação, a maioria deles não teve disciplinas que contemplassem a história e cultura afro-brasileira e indígena, o que acaba por resultar na deficiência dos conhecimentos nessas áreas. Para que isso melhore, é crucial a formação continuada dos docentes, bem como a utilização de metodologias que estimulem a criatividade e a criticidade do aluno, assim como a escolha adequada do material a ser trabalhado em sala de aula para que não acabe por reforçar ainda mais o racismo.

A centralização das aulas no livro didático é outra dificuldade encontrada, uma vez que este recurso é um dos principais apoios para o educador. A abordagem feita acerca da imagem do negro e do índio nos materiais geralmente acontece de forma pejorativa ou inviabilizada e, quase sempre, revelam traços de influência de uma visão eurocêntrica de seus autores, salientada pelo desconhecimento do professor sobre o referido conteúdo.

Isso só evidencia a necessidade de formação continuada dos professores para que saibam lidar com as temáticas, tendo em vista que anos após a promulgação das leis que incluem as histórias africanas e indígenas nas salas de aula, ousamos dizer que os materiais didáticos não configuram mais como problema central.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda criança tem o direito de ter sua identidade construída e todo o processo deve ser respeitado pelos sujeitos envolvidos, principalmente escola e família. Para isso também é necessário à efetivação da Lei n. 11.645 para a garantia de resultados

positivos e o entendimento de que o processo de composição da população brasileira passou por várias etapas e teve o envolvimento de várias etnias, resultando assim em uma sociedade mestiça.

É necessário destacar que, embora sejamos diversos culturalmente, existem povos, negros e indígenas, cuja contribuição e participação no processo de formação da identidade nacional foi negada e nem sempre é vista com bons olhos pela sociedade. Partindo do olhar preconceituoso e altamente influenciado pela etnia branca dominante, estes grupos estão excluídos do processo de composição e formação da população brasileira, tendo sua contribuição na história e cultura do país negado, e, quando lhes é dado algum crédito, resume-se a contribuições em aspectos musicais, culinários e palavras inseridas em nossa língua, excluindo-se as contribuições nos campos tecnológicos, econômicos e políticos.

A promulgação das Leis n. 10.639/03 e, posteriormente, sua atualização para a 11.645/08, são aliadas no processo de formação dos estudantes e sociedade. Trazem para as escolas questões sobre os africanos, os indígenas e seus descendentes, com o objetivo de quebrar a visão preconceituosa que ainda existe em relação a esses povos. Essas leis são necessárias no processo de reconhecimento da pluralidade cultural que envolve a nossa nação, uma vez que é no ambiente escolar que tais diferenças estão em evidência.

Porém, mesmo que se tenha conseguido uma atenção maior às questões dos povos indígenas, africanos e seus descendentes, ainda se observa a existência de lacunas que precisam ser preenchidas entre a teoria e a prática: falta de capacitação dos educadores para lidarem com tais temáticas, preconceitos e resistências individuais, a abordagem desses assuntos somente em dias comemorativos como o 13 de maio ou 20 de novembro e ainda a resistência da comunidade, escolar e do entorno onde a escola está situada.

Definição de datas não é o bastante, se esse não for encarado como um processo importante em todo o percurso. O dia 20 de novembro, por exemplo, é uma homenagem a uma das mais importantes lideranças negra que lutaram contra a opressão da escravidão, é também um marco para lembrar as lutas e reivindicações das populações afrodescendentes no país. Contudo tornou-se uma data vazia nas escolas, desvalorizada ao ponto de uma estagiária da rede privada de ensino, indagar sobre o dia 20 de novembro e receber a resposta de uma pedagoga que não tem

razão para tal discussão se a maioria dos alunos é composta de brancos. Ou seja, um discurso preconceituoso, de valorizar a importância do estudo de acordo com a cor da pele dos envolvidos. Que no caso citado, passa a não ter importância já que a escola é de brancos. Ignorâncias e preconceitos ainda impedem que se veja que a questão racial não é problema de negros e sim de toda a sociedade.

Este é um exemplo entre muitos outros presentes em nossas escolas que perdem oportunidades de fazer a diferença, na construção de uma sociedade melhor. Portanto, o que se vê nas escolas do Brasil são locais constituídos por um espaço, em vários momentos, pouco democráticos, formados por imposições, onde o diálogo e a busca por novos conhecimentos não são bem vistos. Assim, o que pode e deve fazer a escola para promover sua própria transformação é devolver no discurso escolar aquilo que é hoje ocultado: o uso social que é feito dos conhecimentos que ela transmite (VALENTE, 2003, p. 24).

No mais, é notável que, por maior que seja o esforço para o cumprimento das leis, ainda assim há dificuldades. Porém o comodismo e o conformismo de antes, estão agora, sendo questionados. E, embora as existências dessas leis não garantam que a história e a cultura afro-brasileira e indígena sejam trabalhadas no contexto escolar com as crianças, os avanços que estão sendo obtidos, até o momento, são importantes para que se supere a ideia de democracia racial e discriminação e preconceitos tão presentes no cotidiano escolar.

Portanto, abrir os olhos para uma realidade existente, afirmar que o preconceito existe, pode ser o primeiro passo, pois a partir de então pode ser discutido maneiras de enfrentá-lo e combatê-lo. Negá-lo em nada contribui, a não ser para a propagação da ideia de que falar do tema é coisa chata, maçante e do passado, mascarando sua existência e as consequências desagradáveis e danosas de sua prática.

Os pequenos da educação infantil precisam ter o direito de construir positivamente suas identidades a partir do conhecimento de seu passado, suas histórias de vida, de luta e honra dos africanos e indígenas que também fazem parte da história de todo brasileiro e nada mais justo do que serem lembrados e respeitados.

7 REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR, 2004.

CANDAU, V. M. **Somos tod@s iguais?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FAZZI, R. D. C. **O drama racial de crianças brasileiras**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FIGUEIREDO, L. **Revista de História da Biblioteca nacional no bolso**. Raízes africanas, Rio de Janeiro, n. 6, Editora Sabin, 2009.

FILHO, G. R.; PERÓN, C. M. R. (ORG.). **Racismo e Educação: contribuições para a implementação da Lei 10.639/03**. Uberlândia: Edufu, 2011.

FREITAS, L. M. A. D.; VARGENS, D. P. D. M. Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais: uma diversidade de vozes. **Linguagem & Ensino**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, v. 12, n. 02, p. 373-391, jul-dez 2009.

GONÇALVES, L. A. O.; PETRONILHA, B. G. E. S. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set-dez 2000.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LOPES, N. B. **Malês e Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATTOS, R. A. D. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, A. D. **O Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Histórico, Organização e Proposta.** Disponível em: <<http://www.alexandrenascimento.com>>. Acesso em: 05 maio 2017.

PINSKY, J. **12 faces do preconceito.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, M. D. M. **África e Brasil africano.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2013.

VALENTE, A. L. E. F. Conhecimentos antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. (Org.). **Diversidade, cultura e educação.** São Paulo: Biruta, 2003.